



Reporte do XXIX ENCONTRO DE LISBOA entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa

O XXIX Encontro de Lisboa dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP) teve lugar em Lisboa, no dia 11 de outubro de 2019, regressando assim à cidade que lhe deu nome depois da extraordinária experiência que foi a sua realização em Díli em 2018. Nesta edição discutiram-se as Implicações da Inovação Tecnológica na Atividade Financeira, além do habitual debate franco e frutífero entre os BCPLP sobre os temas das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial e sobre a cooperação.

A sessão pública contou com uma intervenção de boas-vindas do Governador do Banco de Portugal (BdP), a que se seguiram as apresentações das conclusões dos quatro workshops organizados em torno do tema central da inovação tecnológica, respetivamente sobre novos modelos de negócio, inclusão financeira e proteção do cliente dos serviços financeiros, cibersegurança, e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Após estas apresentações pelos representantes de cada workshop, o que constituiu uma configuração inovadora, os altos responsáveis dos bancos centrais presentes debateram, em mesa redonda, os principais desafios e recomendações. Destacaram-se preocupações comuns, centradas nos desafios das Fintech, na inclusão financeira, na regulação do sistema financeiro e na cibersegurança. O encerramento da sessão pública do Encontro ficou a cargo do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças de Portugal, o qual destacou o tema da revolução tecnológica – desafios e principais impactos.

Na sessão de trabalho, os BCPLP discutiram os principais temas das reuniões anuais do FMI/BM e as tendências correntes e passos futuros da sua cooperação.

O Deputy General Manager do Bank for International Settlements (BIS), Luiz Awazu Pereira da Silva, foi orador no jantar que antecedeu o arranque dos trabalhos, tendo proferido uma intervenção sobre “Inovação Fintech em EMEs: as grandes oportunidades”.

Sessão pública

O XXIX Encontro de Lisboa realizou-se em Lisboa, no dia 11 de outubro de 2019, proporcionando uma vez mais um debate franco e frutífero entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP). O Encontro de Lisboa contou com uma abrangente audiência de interessados, incluindo representantes do Governo, membros do corpo diplomático, da sociedade civil e da academia, bem como colaboradores de instituições financeiras internacionais.

Na intervenção de abertura, o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, referiu que a longevidade do Encontro de Lisboa é reflexo da significativa expressão e importância que a cooperação assume na vida do BdP, acompanhando a evolução da comunidade dos BCPLP, bem como os desenvolvimentos nas agendas dos bancos centrais, a nível mundial. Destacou o facto - que correspondeu ao desafio lançado no Encontro de Governadores acolhido por Macau em maio do presente ano - de o tema central do Encontro de Lisboa ser as Implicações da Inovação Tecnológica na Atividade Financeira. Referiu ainda a real preocupação dos bancos centrais em matéria de inovação tecnológica. Desde logo, pelos vários desafios e oportunidades associados, nomeadamente a nível dos sistemas de pagamentos, da estabilidade financeira e da supervisão, e também devido à intervenção de operadores não supervisionados, sem esquecer a dimensão do combate ao branqueamento de capitais e da proteção do cliente de serviços financeiros. Fez também referência à organização dos *workshops*, em resposta ao desafio lançado, nos quais trabalharam representantes de todos os BCPLP, agradecendo a sua participação.

Salientou ainda o número de ações de cooperação desenvolvidas pelo BdP (previsão de 160 ações durante 2019), mobilizando um número considerável de colaboradores, nomeadamente dos bancos centrais presentes. Por fim, enfatizou os principais aspetos da cooperação nos últimos 10 anos: a consolidação do universo de parceiros, com especial menção, no espaço da língua portuguesa, para o Banco Central do Brasil; a valorização crescente da comunicação e divulgação pública da informação e das iniciativas da cooperação; e a modernização da cooperação desenvolvida pelo BdP.

Seguiram-se as apresentações, pelos respetivos representantes, das conclusões dos quatro *workshops* temáticos: 1- Os novos modelos de negócio (Diogo Lencastre, Banco de Portugal); 2- A inclusão financeira e a proteção do cliente dos serviços financeiros (Carla Fernandes, Banco de Moçambique); 3- A cibersegurança (Pedro Miguel Silva, Banco de Portugal); e 4- A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (Isabel Freire, Banco de Cabo Verde). Destes *workshops* resultou um conjunto de ideias para reflexão: o papel dos bancos centrais, enquanto reguladores e supervisores, por forma a garantir que a inovação tecnológica promove melhores serviços financeiros, em cumprimento da sua missão de proteção dos consumidores, das infraestruturas de mercado e da estabilidade financeira; a necessidade de assegurar a inclusão e proteção do cliente dos serviços financeiros sem comprometer a estabilidade e integridade financeira em face da inovação tecnológica; a necessidade de uma estratégia sustentável de desenvolvimento em tecnologias digitais que implique um investimento em cibersegurança; e a necessidade de recursos adequados para entender e monitorar o uso da tecnologia em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Seguidamente, Carlos Costa convidou para uma mesa redonda os governadores e altos representantes dos BCPLP, bem como os restantes convidados, na qual se debateram as principais conclusões apresentadas pelos *workshops* temáticos.

As intervenções evidenciaram preocupações comuns aos vários bancos centrais, com desafios a que urge dar resposta. A inclusão financeira, a regulação, a importância da cibersegurança, a prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo foram referidos de modo transversal pelos bancos centrais (por Rui Miguêns, Vice-Governador do Banco Nacional de Angola; Fernanda Nechio, Vice-Governadora do Banco Central do Brasil; Gertrudes Tovela, Administradora no Banco de Moçambique; Américo Barros, Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe; e Helena Embaló, Diretora Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau). Foi também referida a importância das Fintech e dados exemplos das várias iniciativas em curso nos BCPLP (por João Pinto Serra, Governador do Banco de Cabo Verde; Gertrudes Tovela, Administradora no Banco de Moçambique; e Abraão de Vasconcelos, Governador do Banco Central de Timor-Leste).

Nobert Toe, Vice-Governador do BCEAO, agradeceu o convite e salientou a importância do papel da cooperação. A vocação de Macau como plataforma financeira e interlocutor privilegiado entre a China e os países de língua portuguesa foi destacada por Benjamin Chan, Presidente da Autoridade Monetária de Macau, bem como o facto de Macau ter um sistema de pagamentos robusto, com vários desafios e oportunidades. Referiu ainda a importância do papel da regulação e da cibersegurança face aos vários desafios colocados pelas Fintech.

No seguimento desta intervenção, o Governador do BdP lançou a possibilidade da organização de uma visita de trabalho a Macau, contando com a participação de técnicos do BdP (das áreas de mercados, sistemas de pagamentos e sistemas de informação) e dos restantes BCPLP, no sentido de se conhecerem as novas realidades e tecnologias desenvolvidas pela China, e identificarem riscos e potencialidades.

Foram também elencadas outras preocupações, designadamente por Luiz Pereira da Silva, *Deputy General Manager* do BIS, que enumerou os “desafios agudos” para os bancos centrais (a digitalização da moeda, a macroeconomia monetária, a regulação bancária, e o impacto na produtividade das sociedades), oferecendo a cooperação do BIS nestas matérias.

No final do debate, Carlos Costa agradeceu a participação de todos os intervenientes e resumiu as intervenções, destacando o papel da cibersegurança e da capacidade dos bancos centrais para mitigar os riscos provenientes das novas tecnologias e da inovação. Referiu a importância da criação de um quadro regulatório para o branqueamento de capitais. Mencionou a necessidade de deslocação dos recursos humanos para a realização de tarefas menos rotineiras, dado que as restantes poderão ser desenvolvidas por automatismos possibilitados pela inovação tecnológica, permitindo a criação de bancos centrais mais inteligentes. A par destas conclusões, foi também lançada a ideia da criação de um Grupo de Trabalho sobre as implicações para a política monetária da digitalização, estabilidade financeira e *green finance*, sugerindo a sua dinamização pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco de Moçambique.

O encerramento da sessão pública do Encontro ficou a cargo do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças de Portugal, Ricardo Mourinho Félix, que abordou o tema da revolução tecnológica – desafios e impactos. Referiu ainda a importância da cooperação internacional e da criação de uma resposta adequada e concertada aos novos desafios do sistema financeiro, salientando que as respostas a nível regional poderão ser uma solução.